

A construção de conceitos na Ciência Política

Revista de
Sociologia
e Política

DOI 10.1590/1678-98732433e024

Soraia Vieira¹  ,
Juan Vicente Bachiller¹  

¹Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Palavras-chave: formação de conceitos, metodologia em Ciência Política, esticamento conceitual, definição operacional, revisão teórico-analítica.

RESUMO Introdução: O artigo examina os fundamentos teóricos e metodológicos da construção conceitual na Ciência Política, destacando sua importância para a análise sistemática dos fenômenos políticos. Problematisa o uso impreciso de conceitos e os riscos do esticamento conceitual para a validade e confiabilidade das investigações. Mostra como disputas simbólicas, usos políticos da linguagem e variações históricas moldam a definição e a aplicação de conceitos, que sempre carregam implicações políticas e epistemológicas. **Materiais e métodos:** O estudo adota abordagem teórico-analítica, baseada em revisão crítica da literatura especializada. Mobiliza autores clássicos e contemporâneos, tais como Sartori, Gerring, Collier, Koselleck e Vygotsky, além de exemplos empíricos da pesquisa comparada e do debate público, para examinar estratégias de formação e operacionalização de conceitos políticos. **Resultados:** O artigo identifica limites e riscos associados à imprecisão, ambiguidade e esticamento conceitual. Sistematiza contribuições centrais da literatura para definição, abstração e comparação conceitual, com destaque para a escada de abstração de Sartori e a estratégia min-max de Gerring e Barresi. Apresenta diretrizes para transformar conceitos abstratos em dimensões, variáveis e indicadores mensuráveis, ilustradas por exemplos como desafeição política, Estado frágil, democracia e presidencialismo de coalizão. **Discussão:** O texto demonstra que conceitos não são instrumentos analíticos neutros. Eles são influenciados por disputas discursivas e contextos históricos, exigindo postura crítica e rigor metodológico. Argumenta que a construção conceitual deve equilibrar precisão e adaptabilidade, tratando conceitos como ferramentas abertas à revisão diante de transformações sociais e políticas.

Recebido em 12 de Setembro de 2025. Aprovado em 5 de Novembro de 2025. Aceito em 11 de Dezembro de 2025.

Editor Científico: Adriano Codato 

Editor Associado: Adriano Codato 

I. Introdução

A Ciência Política tem como finalidade descrever e explicar de maneira objetiva e sistemática os fenômenos políticos. Para isso é essencial o uso de conceitos, unidades básicas do pensamento que captam significados abstraídos da observação empírica. Eles são utilizados como as ferramentas fundamentais para compreender os elementos mais relevantes da realidade política e social, analisar suas interações com outros fatores, formular hipóteses e construir teorias. Este texto discute os conceitos na Ciência Política, a importância de seu uso preciso e os procedimentos adequados para sua definição e operacionalização.

Os conceitos operam como construções intelectuais derivadas da observação empírica da realidade, permitindo estabelecer generalizações ao relacionar fenômenos específicos com outros da mesma natureza. Na Ciência Política eles delimitam fenômenos políticos e permitem sua análise sistemática, tal como ocorre em outras ciências que se valem de conceitos universais. Portanto, sua definição operacional deve ser empiricamente verificável e estar logicamente estruturada dentro de uma teoria científica mais ampla, de acordo com Carl Hempel (1952). Dessa forma, distinguem-se dos conceitos metafísi-

cos, normativos ou subjetivos, que não possibilitam explicações sistemáticas e válidas do mundo real por meio do método científico. No entanto, apesar da pretensão de universalidade desse método, há uma perspectiva que enfatiza o caráter interpretativo do estudo da sociedade e da política (Bevir & Kedar, 2008). A partir dessa visão, a formação de conceitos na Ciência Política não se limitaria à operacionalização, isto é, à definição de um termo para um fenômeno político e à delimitação de suas dimensões e indicadores com vistas à medição, comparação e inferência estatística. Os conceitos utilizados na ciência política podem também ter origem na filosofia e na teoria política, desempenhando um papel fundamental na interpretação simbólica das interações sociais dos indivíduos no contexto político.

Dessa forma, a linguagem com que o cientista político interpreta a realidade política é composta, entre outros elementos, de conceitos com um referente empírico, elaborados segundo os princípios do método naturalista. As definições operacionais dos conceitos políticos permitem a realização de análises descritivas e inferenciais, possibilitando o uso de ferramentas estatísticas, estudos comparativos e estudos de caso para aprofundar a compreensão dos fenômenos políticos. Por outro lado, a Ciência Política também emprega conceitos que são mais abstratos e de difícil apreensão, como “legitimidade”, “justiça social” e “deliberação”. Eles são amplamente utilizados em estudos de caráter qualitativo e interpretativo, alinhados a uma tradição mais humanista do que naturalista, que considera a função das ciências sociais como a reconstrução dos significados das interações simbólicas entre os seres humanos. Essa abordagem caracteriza-se pelo uso de conceitos fundamentais para áreas como as relações internacionais, os enfoques historiográficos, as teorias críticas e, de maneira geral, a teoria política.

Independentemente de sua natureza, os conceitos devem ser rigorosamente definidos pelo cientista político ao estruturar o marco teórico de sua pesquisa. Nesse processo, é essencial evitar ambiguidades, imprecisões e o chamado esticamento conceitual - desafios recorrentes em qualquer campo do conhecimento científico. Além disso, o cientista político enfrenta um obstáculo particular: a ausência de monopólio sobre os termos que descrevem a realidade política. O próprio debate político, um dos elementos centrais de seu objeto de estudo, é permeado por conceitos frequentemente utilizados com finalidades ideológicas ou estratégicas. Assim, distinguir entre o uso político dos conceitos e sua construção metodológica representa um desafio adicional na pesquisa em Ciência Política. Ignorar essa distinção pode comprometer tanto a validade quanto a confiabilidade das análises produzidas. Para colaborar na superação deste desafio, este trabalho, de caráter ensaístico, faz uma revisão da literatura relevante para a temática apresentando exemplos reais.

Este texto está organizado em quatro tópicos, e no primeiro destacam-se os desafios centrais da construção conceitual. No segundo apresentam-se as principais contribuições para a formulação de conceitos na disciplina. O terceiro apartado discute a operacionalização dos conceitos e no último tópico são apresentadas algumas lições práticas.

II. Os desafios na elaboração de conceitos na Ciência Política

Os conceitos são elementos fundamentais do método científico e, no caso específico da Ciência Política, são ferramentas para capturar fenômenos políticos que, sem eles, permaneceriam inacessíveis à observação direta. Um exemplo é o difuso sentimento de mal-estar com os regimes democráticos,

caracterizado pela insatisfação dos cidadãos com seus representantes e instituições políticas. Empiricamente, esse fenômeno se observa de diversas formas ao redor do mundo: o aumento da abstenção e a queda na participação eleitoral, o baixo engajamento em partidos políticos e movimentos sociais, entre outros. Em alguns casos, esse descontentamento pode resultar em protestos, mas de maneira fragmentada e desarticulada, sem um eixo claro de mobilização coletiva. Um conceito amplamente utilizado para englobar essa realidade é “desafeição política” (Torcal & Montero, 2006). Esse termo descreve a progressiva desvinculação dos cidadãos em relação aos atores e processos da democracia liberal, manifestando-se na redução da participação política em diversas formas, na crescente desconfiança em relação às instituições e regras do jogo político, e na percepção generalizada de falta de representatividade.

Quando um conceito está devidamente definido e operacionalizado (com dimensões, variáveis e indicadores claramente estabelecidos) ele permite tornar visível uma realidade política que, embora preexistente, era difícil de captar de forma sistemática. Ao transformar essa realidade em um conceito empírico, abre-se a possibilidade de relacioná-lo a outros conceitos e variáveis, formulando hipóteses e questões de pesquisa. Por exemplo, pode-se investigar se a “precariedade social” é um fator causal da desafeição política ou se a desafeição política contribui para o surgimento de “movimentos políticos populistas”.

O desafio central do cientista político ao elaborar conceitos reside, portanto, em transformar fenômenos difusos da realidade política em conceitos observáveis e mensuráveis. Nesse percurso, ele enfrenta uma série de obstáculos metodológicos, sendo o primeiro deles a necessidade de diferenciar entre os conceitos espontâneos e científicos. No início do século XX, Lev Vygotsky (1986 [1934]) desenvolveu a diferença entre ambos, estabelecendo que, enquanto os primeiros eram formados através de interações socioculturais cotidianas, os segundos dependiam de operações sistemáticas na busca da abstração e da generalização. Aplicado à Ciência Política, é possível afirmar que conceitos utilizados comumente pela sociedade com um determinado significado, por exemplo “burocracia”, atuação das administrações públicas marcadas por regras disfuncionais e empecilhos, muda radicalmente quando empregamos a definição científica fornecida por Max Weber: a condução dos assuntos públicos através de critérios racional-legais.

Essas interações socioculturais também podem afetar a definição dos conceitos políticos, quando através da história, são configurados diferentes contextos que geram distintos significados. O conceito “liberal”, tem diferentes interpretações se aplicado aos Estados Unidos ou à Europa e América Latina. Trata-se de uma diferença sincrônica, pois o mesmo conceito tem significados diferentes em distintas áreas geográficas ao mesmo tempo. A denominada “História dos Conceitos”, desenvolvida, entre outros, por Reinhart Koselleck (2002) estabelece que as principais diferenças acontecem ao longo do tempo, sendo que os conceitos são recipientes de experiência histórica, e seu significado muda por estarem moldados pelas transformações sociais. Bernard Manin (1997) oferece um bom exemplo dessa mutação ao desenvolver o conceito de “representação política”, inicialmente ligado a uma visão aristocrática e elitista ao acesso aos cargos parlamentares, e posteriormente considerado como a mola mestra do governo do povo.

O pesquisador deve se atentar, primeiramente, à transformação do conceito político em uma linguagem científica e posteriormente enfrentar às indeterminações na linguagem sob a forma de imprecisão e ambiguidades na definição

conceitual. A imprecisão conceitual acontece quando a definição de um conceito é difusa, quando não há uma correta caracterização dos limites e casos em que pode ser aplicado. Por exemplo, se queremos avaliar a relação entre renda e preferência eleitoral e formulamos a hipótese de que “existe maior propensão dos ricos votarem em partidos de direita”, no mínimo a primeira variável está imprecisamente formulada, pois não fica claro quem entra ou não nessa categoria. O problema deverá ser resolvido definindo com maior precisão o conceito, por exemplo “5% dos eleitores com maior renda”, com uma delimitação explícita.

A ambiguidade, por sua vez, acontece quando um termo pode ter mais de um significado. Provavelmente, o caso mais paradigmático na Ciência Política é “democracia”, pois pode fazer referência à democracia direta, à democracia participativa, à democracia representativa etc. O correto, portanto, é desfazer essa ambiguidade e, se por exemplo estamos falando que “aumentar as consultas populares aprofunda os fundamentos da democracia”, é necessário explicitar que estamos falando da acepção participativa, nesse caso os seus fundamentos representativos não estariam influenciados por estas práticas.

Ambiguidade e imprecisão conceitual são desafios comuns para qualquer campo do conhecimento, enquanto o esticamento conceitual é, de acordo com Giovanni Sartori (1970), um problema inerente à Ciência Política. Esse acontece quando o pesquisador aplica o conceito para casos que não encaixariam plenamente na definição do conceito e, ao ampliar os limites dele, dilui a sua precisão analítica. Por exemplo, os conceitos “patrimonialismo” e “clientelismo” são similares, ambos fazem referência a processos de aparelhamento da administração pública. Porém, enquanto o primeiro é originado nas práticas das monarquias absolutas prévias às revoluções liberais, o segundo tem a sua origem nos partidos políticos, instituições características dos regimes democráticos surgidos dessas revoluções.

O problema do esticamento conceitual não é originado simplesmente por falhas na aplicação do método científico. Ele também ocorre no uso político da linguagem, como, por exemplo, aplicar o termo “golpe de Estado” às crises de governo dentro dos presidencialismos latino-americanos, pois trata-se de uma estratégia empregada na luta política para ativar a capacidade conotativa dos conceitos, para evocar significados além da sua definição literal. Essa aplicação distorce o real significado do termo, construído ao longo de décadas de pesquisa e debate acadêmico. Mesmo sendo uma prática legítima do debate público, o cientista político deve estar atento para não se deixar levar por suas afinidades políticas, buscando empregar os conceitos com objetividade e rigor. As quedas presidenciais na América Latina, por exemplo, têm sido discutidas e classificadas por autores como Perez-Liñan (2007) e Llanos (2023) que buscam analisá-las de uma perspectiva institucional saindo do debate de golpe.

Para conquistar e preservar o poder, os atores políticos utilizam diferentes recursos, como a linguagem política, que possui um caráter essencialmente performativo. Dessa forma, o discurso político é especialmente fecundo ao criar e redefinir conceitualmente a linguagem, pois é através dele que o sentido para a práxis política é exercido. Idealmente, tal discurso seria a base de um debate racional que legitimaria as decisões públicas, nos termos colocados pela teoria da democracia deliberativa de Jurgen Habermas (2020), e os conceitos produzidos pela ciência e pela política seriam indistinta e complementarmente utilizados, alimentando tal debate. No mundo real, os conceitos políticos são empregados como recurso estratégico para obter vantagens sobre os adversários dentro da competição política, procurando, por exemplo, a imprecisão, sob a forma de ambiguidades deliberadas ou eufemismos. Nesse

caso, a missão do pesquisador deve ser empregar uma abordagem crítica, podendo utilizar, por exemplo, técnicas de análise de discurso para desvendar seu real significado. O cientista político deve ser particularmente rigoroso para não trazer esses significados para a construção dos marcos teóricos de sua pesquisa, atendendo às regras e procedimentos próprios do método de formação de conceitos científicos.

Ao analisar o surgimento de novas forças políticas à direita do espectro político, as quais empregam estratégias de mobilização e competição conflitantes com os princípios tradicionais das democracias liberais, Nadia Urbinati (2019), chama a atenção sobre o erro comum de se referir a elas com o termo “fascismo”. Segundo a autora, o termo correto seria “populismo” pois, embora os dois movimentos políticos compartilhem a visão de que existe um povo que deve se opor às elites, numa estratégia de “nós contra eles”, o populista ainda pretende distorcer as regras do jogo democrático em benefício próprio, enquanto o fascista almeja destruir o regime democrático.

Evidentemente, nenhuma definição conceitual permanece fechada ao debate acadêmico, e todas podem ser questionadas e reelaboradas. Em todo caso, o pesquisador deverá se concentrar primeiramente no estado da arte dentro da literatura científica específica, ao definir os conceitos próprios e, posteriormente, atender às regras do método científico em sua formação.

III. As principais contribuições na construção dos conceitos da Ciência Política

Como discutido, o cientista político enfrenta uma série de desafios internos ao construir conceitos, mas, felizmente, ele não está sozinho nessa empreitada. Durante décadas, especialistas no campo de estudo têm dedicado significativos esforços na questão da elaboração de conceitos empíricos. Nesse ponto, conhecer as contribuições mais relevantes à esta tarefa metodológica permite começar a jornada aproveitando um caminho já percorrido.

As regras para a construção de conceitos na Ciência Política se originam na década de 1970, inicialmente por Giovanni Sartori, e nascem da sua preocupação pela política comparada. Da mesma forma que, a princípio, não poderíamos comparar, por exemplo, as respostas comportamentais de cachorros e gatos, duas espécies animais diferentes, se não desenvolvemos um conceito mais abstrato que permita o seu estudo conjunto (a etologia dos mamíferos domésticos) as realidades políticas também precisam de abstrações conceituais para comparar casos aparentemente dissimiles. Por exemplo, uma moção de censura sofrida por um primeiro-ministro não tem muita relação com um processo de impeachment para depor um presidente, mas o conceito “crise de governo” pode nos permitir comparar finais prematuros do mandato na Europa e na América Latina.

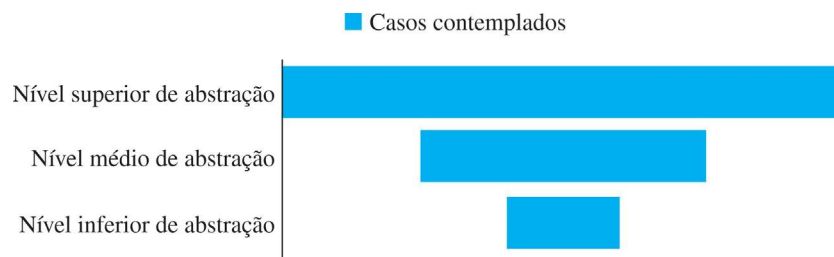
O principal objetivo de Sartori (1970; 1984), portanto, é criar conceitos na Ciência Política que possam “viajar”, ou seja, que tenham grau de abstração suficiente para se adaptar a contextos políticos diversos. Para isso, ele cria a “escada de abstração”. Nos degraus mais elevados estariam os conceitos mais abstratos, mais amplos e gerais, que podem ser aplicados para um maior número de casos, enquanto nos degraus mais baixos os conceitos seriam detalhados e específicos. Relacionado a isso, a já mencionada problemática do esticamento conceitual aconteceria quando um conceito tenta ser aplicado para um conjunto de casos que não se encaixam em sua definição exata, precisamente por não atender às regras de abstração dessa escada.

Além disso, [Sartori \(1970\)](#) estabelece que os conceitos variam tanto quanto à sua extensão, o conjunto de casos ao qual ele pode ser aplicado; como à sua intensidade, os atributos que o definem. Na medida em que um conceito ascende na escala de abstração, torna-se mais amplo e geral, o que equivale a dizer que ganha em extensão, podendo ser empregado para comparar um maior número de casos. Porém, ao aumentar a sua abstração, perde em detalhe e especificidade, o que equivale a dizer que os conceitos situados nos degraus inferiores da escada de abstração têm uma maior quantidade de características definatórias. As [Figuras 1 e 2](#) ilustram a Escada de Abstração.

Para ilustrar, pense-se no conceito de “Estado falido”. Originariamente ele faz referência àqueles Estados que perderam completamente a capacidade de assegurar a ordem, pois carecem da habilidade para manter o monopólio da coerção legítima, com instituições inexistentes ou inoperantes, sendo propenso a conflitos armados internos e crises humanitárias ([Gakuo Mwangi, 2019](#)). Trata-se de um conceito com características bem delimitadas, tendo uma elevada intensão e, conseqüentemente, baixo nível de extensão, que poderia ser aplicado para realidades muito concretas como Haiti, Somália, Ruanda ou Libéria. As vezes ele tem sido empregado para casos diferentes, como a realidade da desigual extensão estatal no México ou no Brasil, onde coexistem áreas geográficas onde a lei é efetivamente aplicada e outras zonas concretas dominadas por poderes paralelos, como narcotráfico ou milícias. Porém, chamar a estes países de estados falidos seria um exemplo paradigmático de esticamento conceitual pois, embora algumas características do Estado falido possam estar presentes, elas são circunscritas à territórios específicos de uma jurisdição estatal bem mais ampla, além de não manifestarem todas as condições necessárias do conceito.

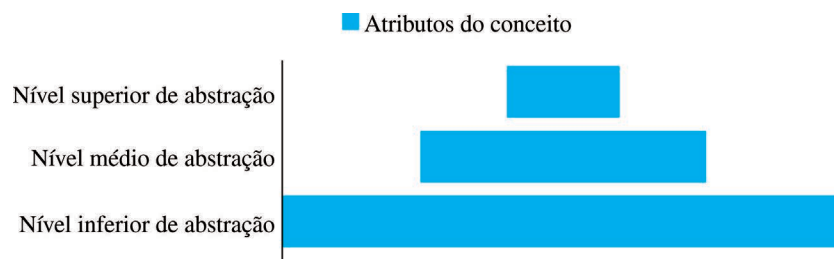
Como pode ser resolvido esse problema quando a intenção é comparar as carências na formação estatal de um número significativo de países? Nesse

Figura 1 - Escada de abstração I



Fonte: elaboração própria (2025).

Figura 2 - Escada de abstração II



Fonte: elaboração própria (2025).

caso, podem-se subir degraus na escada de abstração e desenvolver um conceito como “Estado frágil”, com características como variações territoriais na aplicação da lei, diferenças no grau de qualidade institucional ou captura política das instituições. Pode ser observado que todos esses atributos, agora colocados dentro de uma escala contínua, são bem mais imprecisos, mas, em troca, eles permitem encaixar casos como os mencionados, México e Brasil, que são estados parcialmente frágeis, junto com Somália, Haiti, Ruanda e Libéria, que são estados completamente frágeis, além de situar num continuum outras realidades estatais que se encontram num ponto intermediário entre ambas as categorias. O [Quadro 1](#) exemplifica o caso de Estado falido X Estado frágil.

[Gerring & Barresi \(2003\)](#) definiram esta metodologia como estratégia “min-max” de definição, que permite de um lado definições gerais dos conceitos, ao mesmo tempo que permite também que eles sejam adaptados a realidades regionais mais idiossincráticas. Segundo estes autores, uma definição mínima de um conceito seria o estabelecimento das condições essenciais deste, sendo aplicável, portanto, ao maior número possível de casos. Por sua vez, a definição máxima incorporaria o maior número possível de atributos na definição, porém o escopo de fenômenos aplicáveis seria menor. Por exemplo, “democracia representativa” seria um conceito aplicável para o conjunto de regimes democráticos ao redor do mundo, e contaria como atributos genéricos eleições regulares, separação de poderes, Estado de direito e pluralismo político, entre outros. Já o conceito de “democracia delegativa”, de [O’Donell \(1991\)](#) define os novos regimes surgidos após as transições democráticas da América Latina na década de 1980 e, portanto, é mais peculiar e circunscrito a uma realidade política muito específica, tem um atributo essencial, claramente definido, que é a concentração de poderes nas mãos do presidente acima dos contrapesos sociais e institucionais. O [Quadro 2](#), a seguir, apresenta as características da Democracia Delegativa e Representativa.

Algumas limitações da perspectiva de [Sartori \(1970\)](#) foram apontadas por [Collier & Mahoney \(1993\)](#) que estabelecem que, em certas ocasiões, não há motivos para compartilhar, de modo estrito, as propriedades dos conceitos em todos os fenômenos estudados. De acordo com esta visão, os atributos utilizados na definição dos conceitos podem se encaixar categoricamente em algum dos casos de estudo, enquanto em outros tal categorização é mais difusa e questionável. Desta forma, ao comparar um número suficientemente amplo de casos e tentar encaixá-los dentro de um conceito específico, poderia ser observado que, embora todos compartilhem um número considerável de categorias ou propriedades, não existe nenhuma delas que seja comum a todos os casos. Este problema não tem por que desestimular a realização de determinada comparação, mas deve promover a reflexão de que as propriedades dos conceitos podem se manifestar num continuum e não através de categorizações fechadas. Desta forma, o uso de índices e escalas para operacionalizar conceitos através

Quadro 1 - Estado falido *versus* Estado frágil

Conceito	Nível de abstração	Atributos (intensidade)	Casos contemplados (extensão)
Estado falido	Menor	Muitos (falhas generalizadas na autoridade estatal, ausência do monopólio da violência, conflito civil, ausência de instituições etc.)	Poucos (países onde especificamente não existe uma autoridade central de fato)
Estado frágil	Maior	Poucos (falhas generalizadas ou pontuais na autoridade estatal)	Bastante (países em conflito, países sem autoridade central, países emergentes com áreas concretas dominadas por poderes paralelos etc.)

Fonte: elaboração própria (2025).

Quadro 2 - Democracia delegativa *versus* democracia representativa

Conceito	Nível de abstração	Atributos (intensidade)	Casos contemplados (extensão)
Democracia delegativa	Menor	Concretos (concentração de poder presidencial, vulnerando o sistema de <i>checks and balances</i>)	Poucos (países democráticos da América Latina após as transições de final do século XX)
Democracia representativa	Maior	Gerais (Eleições livres e periódicas, separação de poderes, pluralismo, Estado de Direito)	Bastante (países considerados como democracias plenas ou imperfeitas)

Fonte: elaboração própria (2025).

de variáveis numéricas, é uma das formas mais empregadas para comparar conjuntos difusos de casos similares.

IV. A operacionalização dos conceitos na pesquisa em Ciência Política

O ato de operacionalizar um conceito é o processo pelo qual concepções abstratas são transformadas em variáveis observáveis, o que permite sua aplicação nas investigações empíricas. Na Ciência Política, esse processo é, particularmente complexo e desafiador devido ao caráter normativo, histórico e multidimensional dos conceitos utilizados. Para que os conceitos possam transitar entre o mundo abstrato e a realidade empírica, é necessário que sejam capazes de incorporar essas diferentes dimensões, o que garante, também, a validade e a confiabilidade nos resultados obtidos, assim como asseguram a coerência entre a teórica e prática.

Ao definir democracia, por exemplo, pode-se usar diferentes referências teóricas e especificidades, como mencionado anteriormente, mas para traduzir o conceito empiricamente é necessário torná-lo operativo a partir de dimensões observadas na realidade. O V-Dem, por exemplo operacionaliza o conceito apresentando as variáveis e os indicadores mensuráveis, como demonstrado no [Quadro 3](#).

O processo passa pela tradução do conceito teórico em indicadores mensuráveis. Esta operacionalização deve estar embasada em critérios claros de mensuração, uma vez que, sem esse rigor, corre-se o risco de distorções e a validade da pesquisa pode ser comprometida. Ao definir o indicador, deve-se estar atento à manutenção da essência do conceito original.

Uma etapa importante é verificar se a operacionalização preenche os requisitos de validade e confiabilidade. A validade está relacionada à capacidade do indicador medir o que se propõem e confiabilidade refere-se à consistência dos resultados obtidos. Para que a operacionalização seja funcional é importante que venha acompanhada de testes metodológicos que assegurem esses dois critérios, especialmente quando se trata de pesquisas comparativas e longitudinais.

Se pensamos no conceito presidencialismo de coalizão, por exemplo, podemos propor um processo de operacionalização que siga os passos apresentados na [Figura 3](#).

Ao operacionalizar os conceitos torna-se possível utilizá-los em estudos empíricos, sejam eles estudo de caso, comparativo ou longitudinal o que permite que os dados sejam usados em modelos estatísticos, por exemplo. A clareza conceitual, de acordo com [Schmitter \(1965\)](#), assim como a precisão

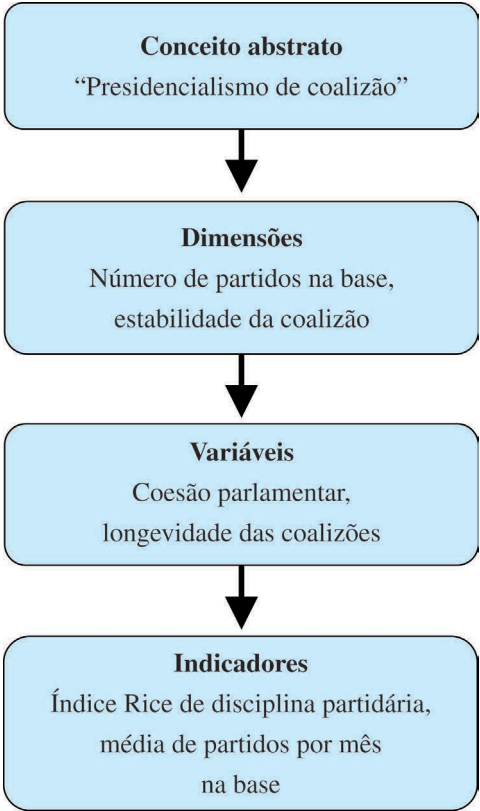
Quadro 3 - Conceito de Democracia do V-Dem

Dimensão (abordagem)	Variáveis principais	Indicadores mensuráveis
Procedimental (eleitoral)	Regularidade e competitividade das eleições; liberdade de partidos; acesso a mídia	- Índice de competição eleitoral - Número de partidos efetivos - Liberdade de imprensa
Constitucional (institucional)	Separação de poderes; independência judicial; Estado de Direito	- Grau de independência judicial - Índice de restrição ao Executivo - Efetividade das leis
Processual (participação)	Engajamento popular; participação em consultas; liberdade de associação	- Taxa de participação eleitoral - Número de organizações civis - Frequência de consultas populares
Deliberativa (qualidade do debate)	Inclusividade e racionalidade do debate público; respeito às minorias	- Índice de diversidade de vozes no parlamento - Avaliação da qualidade do debate legislativo
Igualitária (acesso e direitos)	Igualdade no acesso a direitos políticos e civis	- Índice de igualdade de gênero na política - Índice de inclusão de minorias - Liberdade religiosa

Fonte: elaboração própria a partir de informações do [V-Dem \(2025\)](#).

operacional, são condições fundamentais para que a ciência política avance como disciplina empírica. O que não se pode esquecer é que a aplicação empírica de conceitos exige sensibilidade teórica e rigor metodológico teórico-

Figura 3 - Operacionalização do conceito de presidencialismo de coalizão



Fonte: organização própria (2025).

abstratos. O [Quadro 4](#) apresenta, de forma resumida, exemplos de boas e más definições de conceitos.

V. Lições práticas para quem escreve conceitos

Trabalhar com conceitos na Ciência Política vai além de um exercício metodológico, constitui um importante compromisso com a clareza, precisão e honestidade intelectual. É através dos conceitos que o cientista observa e interpreta a realidade e sua definição sistemática e rigorosa é uma condição indispensável para a produção do conhecimento confiável, mensurável e replicável.

A construção de conceitos não é apenas um exercício teórico, mas uma prática metodológica que exige disciplina, clareza e aplicabilidade. Seguem, no [Quadro 5](#), algumas orientações práticas que podem servir como guia:

Como discutido ao longo deste texto, a construção conceitual apresenta uma série de desafios ao pesquisador, pois além da operacionalização envolve disputas simbólicas, contextos históricos e usos estratégicos da linguagem política. Desse modo, o cientista político deve ser consciente que os conceitos carregam significados que podem ser manipulados, esvaziados ou distorcidos no debate político. Para evitar esses riscos é importante agir com objetividade e meticulosidade. Confira o *cheklist* para definição de conceitos a seguir.

Quadro 4 - Boas e más definições de conceitos utilizados na ciência política

Conceito	Boa definição	Má definição
Democracia	“Sistema político com eleições livres, pluralismo, separação de poderes e Estado de Direito.”	“Governo do povo.” (vaga, sem critérios operacionais)
Populismo	“Estratégia política que opõe povo vs. elites, distorce regras democráticas para benefício próprio.”	“Todo governo popular.” (confunde popularidade com populismo)
Presidencialismo de coalizão	“Modelo institucional em que o presidente governa com apoio de múltiplos partidos, negociando cargos e políticas.”	“Sistema em que o presidente precisa de aliados.” (genérico e impreciso)
Radicalização política	“Processo de intensificação de posições ideológicas, com rejeição ao diálogo e polarização extrema.”	“Quando há muita briga na política.” (simplista e sem dimensão analítica)
Clientelismo	“Prática de troca de favores entre políticos e eleitores, baseada em vínculos pessoais e não programáticos.”	“Corrupção.” (reduz o conceito a um juízo moral, sem precisão teórica)

Fonte: organização própria (2025).

Quadro 5 - Orientações práticas para definição conceitual

Tarefa	O que fazer
Defina com precisão	evite ambiguidades e delimite claramente os casos aos quais o conceito se aplica
Contextualize historicamente	reconheça que conceitos mudam ao longo do tempo e em diferentes espaços
Evite o esticamento conceitual	não aplique o conceito a casos que não compartilham seus atributos essenciais
Traduza em dimensões e variáveis	desdobre o conceito em aspectos observáveis e mensuráveis
Escolha indicadores adequados	selecione medidas que preservem a essência do conceito
Considere usos políticos e simbólicos	esteja atento às disputas discursivas que podem distorcer significados
Reveja e atualize	trate conceitos como ferramentas abertas, passíveis de revisão conforme mudanças sociais e políticas

Fonte: elaboração própria (2025).

Checklist rápido para definir conceitos

- [] O conceito está claramente definido e sem ambiguidades?
- [] Os limites de aplicação estão explícitos?
- [] Há dimensões identificadas e coerentes com a literatura?
- [] As variáveis derivadas são observáveis?
- [] Os indicadores escolhidos são mensuráveis e válidos?
- [] O conceito evita esticamento indevido?
- [] O contexto histórico e político foi considerado?
- [] O conceito pode ser revisado e adaptado em pesquisas futuras?

Ao reconhecer a complexidade dos conceitos, a necessidade de conhecer suas especificidades e contextualizações, reafirma-se a importância de uma postura crítica e reflexiva na Ciência Política. Afinal é por meio dos conceitos que se constrói a ponte entre a teoria e a realidade e é nessa travessia que a disciplina encontra sua força explicativa e relevância social.

Declaração de uso de IA

Utilizamos a ferramenta Microsoft Copilot exclusivamente para apoio na revisão textual, incluindo sugestões de clareza, coesão e organização da escrita. Todas as decisões conceituais, metodológicas e interpretativas são de nossa inteira responsabilidade.

Contribuição de autoria (CRediT)

Soraia Marcelino Vieira: concepção e delineamento do estudo; revisão teórica e construção do arcabouço conceitual; redação inicial de seções analíticas e argumentativas; revisão crítica do conteúdo e ajustes finais do manuscrito; responsável pela submissão e comunicação com o periódico/evento. **Juan Vicente Achiller Cabria:** contribuição para o desenvolvimento do referencial teórico; análise e discussão dos conceitos centrais; revisão crítica e aprimoramento das seções argumentativas; coautoria na redação e revisão final do manuscrito.

Financiamento

Esta pesquisa contou com financiamento da FAPERJ, do CNPq e com o apoio da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Uso de dados não informado; nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.

Declaração de conflito de interesses

Não possuímos qualquer conflito de interesses financeiro, comercial, profissional ou pessoal que possa influenciar a elaboração, análise, interpretação ou apresentação dos resultados deste trabalho.

Soraia Marcelino Vieira (soraiamv@id.uff.br) é doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/ UERJ), com doutorado sanduíche na Universidade de Salamanca (ESP). Mestre em ciência política pelo Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é Professora Associada na Universidade Federal do Fluminense (UFF), vinculada aos cursos de bacharelado em Políticas Públicas, e à pós-graduação em Ciência Política. É Jovem Cientista do Nosso Estado 2023-2027, da FAPERJ e desenvolve pesquisas nas áreas de partidos políticos, eleições e políticas públicas.

Juan Vicente Bachiller (bachiller_juan@id.uff.br) é doutor em Ciência Política pela Universidad de Salamanca (Espanha), e tem feito pós-doutorado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ). Atualmente é Professor Adjunto do bacharelado em Políticas Públicas da UFF e membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED).

Referências

- Bevir, M. & Kedar, A. (2008) Concept formation in Political Science: an anti-naturalist critique of qualitative methodology. *Perspectives on Politics*, 6(3), pp. 503-517. DOI
- Collier, D. & Mahon, J. (1993) Conceptual stretching revisited: adapting categories in comparative analysis. *American Political Science Review*, 87, pp. 845-855. Disponível em: <<https://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/conceptualStretchingRevisited.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- Freedom House (2024) *Freedom on the Net 2024*. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2024>>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- Gakuo Mwangi, O. (2019) Failed states. In: S. Romaniuk, M. Thapa & Marton, P. (orgs) *The Palgrave encyclopedia of global security studies*. London: Palgrave Macmillan.
- Gerring, J. & Barresi, P. (2003) Putting ordinary language to work: a min-max strategy of concept formation in the social sciences. *Journal of Theoretical Politics*, 15(2), pp. 201-232. DOI
- Habermas, J. (2020) *Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- Hempel, C. (1952) *Fundamentals of concept formation in empirical science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Koselleck, R. (2002) *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press.
- Linz, J. (1990) The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, 1(1), pp. 51-69.
- Llanos, M. & Marsteintredet, L. (orgs) *Latin America in times of turbulence: Presidentialism under Stress*. London: Routledge, 2023.
- Manin, B. (1997) *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- O'Donnell, G. (1991) Democracia delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, 31, pp. 25-40. Disponível em: <<https://uenf.br/cch/lesce/files/2013/08/Texto-2.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- Pérez-Liñán, A. (2007) *Presidential impeachment and the new political instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sartori, G. (1970) Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, 64, pp. 1033-1046.
- Sartori, G. (1984) *Social science concepts: a systematic analysis*. Beverly Hills: SAGE.
- SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de “política”. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, p. 46-60, maio/ago. 1965.
- Torcal, M. & Montero, J.R. (2006) Political disaffection in comparative perspective. In: M. Torcal, & J.R. Montero, (orgs) *Political disaffection in contemporary democracies*. New York: Routledge pp. 2-23.
- Urbiniati, N. (2019) *Me the people: how populism transforms democracy*. Cambridge: Harvard University Press.
- V-Dem Institute (2025) *V-Dem project*. Disponível em: <<https://v-dem.net/about/v-dem-project/>>. Acesso em: 19 ago. 2025.
- Vygotsky, L.S. (1986) [1934] *Thought and language*. Cambridge: The MIT Press.

Concept formation in Political Science

Keywords: concept formation, methodology in political science, conceptual stretching, operational definition, theoretical-analytical review.

ABSTRACT Introduction: The article examines the theoretical and methodological foundations of concept formation in Political Science, underscoring its importance for the systematic analysis of political phenomena. It problematizes the imprecise use of concepts and the risks of conceptual stretching for research validity and reliability. It shows how symbolic disputes, political uses of language, and historical variation shape the definition and application of concepts, which invariably carry political and epistemological implications. **Materials and methods:** The study adopts a theoretical-analytical approach grounded in a critical review of the specialized literature. It draws on classical and contemporary authors - such as Sartori, Gerring, Collier, Koselleck and Vygotsky - as well as empirical examples from comparative research and public debate, to examine strategies of conceptual formation and operationalization in political analysis. **Results:** The article identifies the limits and risks associated with imprecision, ambiguity and conceptual stretching. It systematizes major contributions in the literature on conceptual definition, abstraction and comparison, with particular attention to Sartori's ladder of abstraction and Gerring and Barresi's min-max strategy. It also offers guidelines for translating abstract concepts into measurable dimensions, variables and indicators, illustrated through examples such as political disaffection, state fragility, democracy and coalition presidentialism. **Discussion:** The article demonstrates that concepts are not neutral analytical instruments. They are shaped by discursive struggles and historical contexts, which require a critical stance and methodological rigor. It argues that conceptual construction must balance analytical precision and adaptability, treating concepts as open tools subject to revision in light of social and political change.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.